



SÃO PAULO

Funcionários de segurança da Gocil contratados pela CPTM estão com salários atrasados

Por Willian Moreira Em CPTM



Pagamentos seriam do mês de novembro e parcela do décimo terceiro.

Os funcionários da empresa Gocil que atuam no serviço de segurança patrimonial nas estações das Linhas 7-Rubi e 10-Turquesa da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) estão com os salários atrasados.

A informação parte de denúncias em redes sociais e de profissionais que procuraram o site para relatar este problema.

Segundo alguns contratados, os pagamentos do salário de novembro deveriam ser pagos no começo de dezembro e a primeira parcela do décimo terceiro está em atraso, resultando em problemas para essas pessoas em pagar suas

contas básicas como luz, água e alimentação.

Em site especializado em queixas como o Reclame Aqui, as últimas reclamações são justamente de atrasos de direitos trabalhistas. Além disso, as redes sociais da empresa de segurança estão com comentários bloqueados, o que impede a manifestação de pessoas insatisfeitas.

A atuação nas estações da CPTM por parte dos seguranças da Gocil, consiste na vigilância das dependências de trens e estações para coibir danos ao patrimônio, porém não é incomum estes trabalhadores realizarem mais

funções como atuar contra comércio ambulante, dentro dos trens evitando que pessoas fiquem sentadas nas portas ou ao longo das linhas 7 e 10 em postos localizados entre as estações.

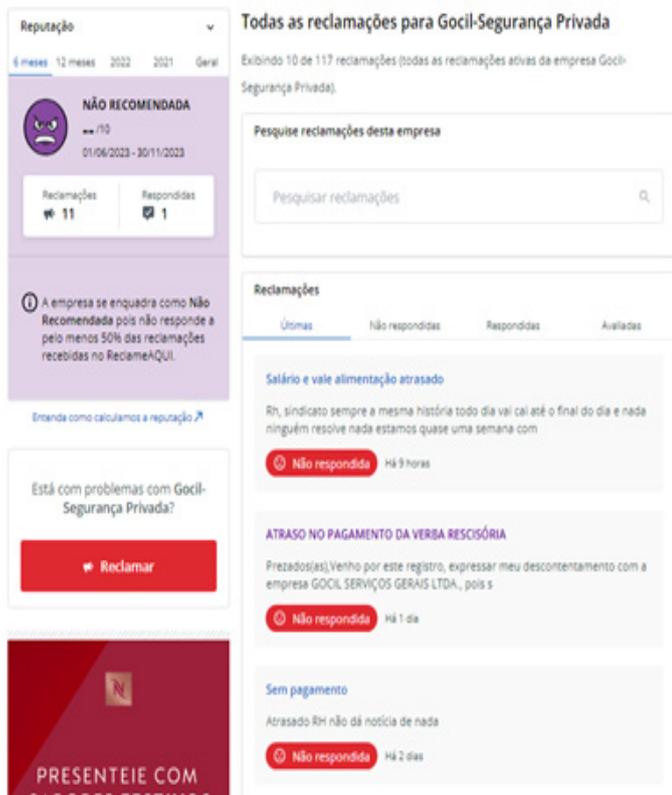
O atraso salarial afeta a vida dos profissionais que atuam nas duas linhas, mas podem também impactar na segurança das estações, uma vez que sem uma solução, pode causar paralisação no setor.

No final de setembro deste ano, o Grupo Handz formado pro mais de dez empresas, entre elas a Gocil, entrou com pedido de recuperação judicial informando uma dívida superior a R\$ 1,7 bilhões, com a maioria deste valor devido a instituições financeiras.

A responsabilidade por essa crise de capital foi justificada devido a pandemia da Covid-19, o que resultou na elevação de custos na operação, além da influência de outros setores onde o grupo está presente, como no agronegócio.

O site questionou a CPTM e a empresa Gocil para que esclarecessem as queixas relatadas pelos trabalhadores e informassem sua posição sobre a questão, mas não houve resposta de nenhuma delas.

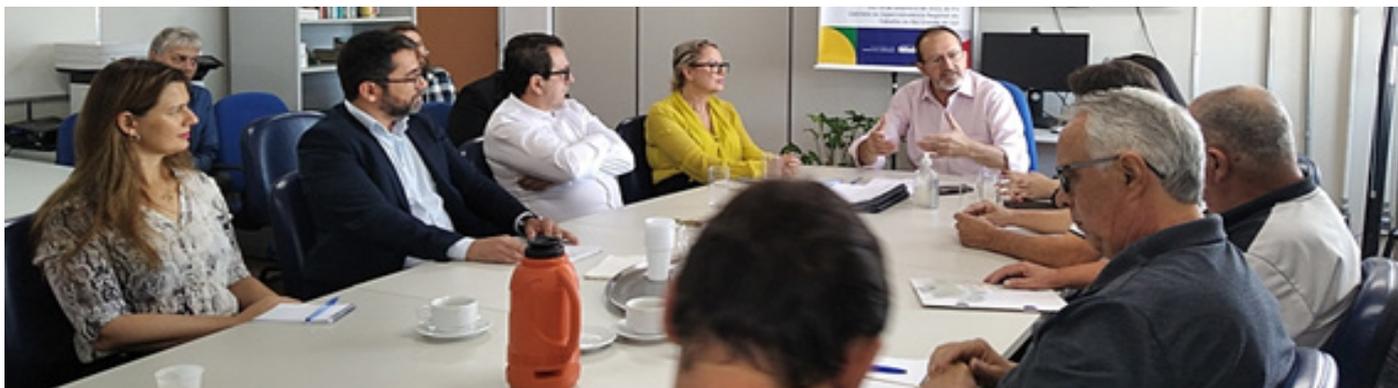
FONTE: DIÁRIO DOS TRILHOS



RIO GRANDE DO SUL

Empresários e trabalhadores definem pacto para o trabalho decente no Rio Grande do Sul

Pacto está sendo finalizado e será firmado no dia 14 de dezembro em cerimônia na Assembleia Legislativa



O trabalho terceirizado veio para ficar e a reforma trabalhista aumentou o alcance dessa prática. Isoladamente é difícil colocar limites em situações degradantes”, pontua Nespolo - Foto: Stela Pastore

Reunião realizada na manhã desta sexta-feira (24), no Ministério do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul, assegurou um avanço para a formalização de um pacto para o trabalho decente e concorrência leal nas atividades terceirizadas, para gerar maior segurança jurídica tanto para atividades no setor público como privado.

O estado tem milhares de trabalhadores impactados por empresas pouco sérias que fecham as portas, desamparando os contratados e desqualificando a prestação de serviços.

“O encontro aprovou também a criação de uma Câmara Temática para tratar das terceirizações com a duração de um ano para propor regulamentações no segmento que só cresce e envolve milhares de trabalhadores”, registra o superintendente regional do MTE, Cláudio Nespolo.

O movimento coletivo tem duas metas: a construção de sugestões legislativas para os parlamentos nas três esferas de governo para reduzir a precariedade extrema tanto para quem trabalha como para quem empreende. A segunda parte são os compromissos das entidades para elevar o nível de consciência e aprimorar normativas para a prática de trabalho decente.

Boas práticas na terceirização

“O trabalho terceirizado veio para ficar e a reforma trabalhista aumentou o alcance dessa prática. Isoladamente é difícil colocar limites em situações degradantes. Esse entendimento comum pode elevar o padrão no ambiente terceirizado para que não seja símbolo de sofrimento, de trabalhador explorado, de subemprego muito próximo a atividade análoga ao trabalho escravo”, pontua Nespolo.

O dirigente propôs e conduz o diálogo tripartite para aprimorar a regulação do setor diante do grande número de falências, descontinuidade de contratos e precárias condições de trabalho no ambiente do trabalho terceirizado.

“Construir uma mesa de entendimentos com

as principais entidades públicas, empresariais e de trabalhadores onde as terceirizações são preponderantes está tendo êxito e pode servir de inspiração para outros estados”, registrou Nespolo, frente ao pioneirismo da mediação. Ele informou que o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, acompanha os desdobramentos no RS percebendo a necessidade de um pacto nacional.

Estiveram presentes dirigentes de setores ligados à vigilância, limpeza e asseio, telemarketing, telefonia. Também fizeram parte do diálogo, os representantes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT4), desembargador Luis Alberto de Vargas, do Ministério Público do Trabalho, procurador Rógerio Fleischmann, da Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão e Central de Licitações do Estado, Milena Scarton, da Associação Brasileira dos Municípios, Saimon Silva, entre outros dirigentes.



Reunião aconteceu no Ministério do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul / Foto: Stela Pastore
Pacto de consenso

A proposta do Pacto, que nasceu do diálogo entre sindicatos patronais e de trabalhadores, foi redigida e ainda passará pelos últimos ajustes a cargo de uma Comissão de Sistematização para, finalmente, ser firmado em 14 de dezembro, com anuência do setor público, como Ministério Público, Tribunal do Trabalho, Governo do Estado entre outras instituições.

A Comissão de Sistematização é formada

por quatro integrantes: representação dos empresários, dos trabalhadores, do MTE e Instituto do Trabalho e Transformação Social (ITTS).

Os diálogos iniciaram em 29 de setembro, prosseguiram com reuniões separadas com empresários e trabalhadores em novembro para acolher as contribuições e culminaram na reunião conjunta desta manhã, formalizando o entendimento que atende às demandas comuns, tanto das patronais, entidades laborais e órgãos de Estado para a adoção de condutas e normas que assegurem um ambiente de trabalho, seguro e saudável nas atividades terceirizadas.

Unidade patronal e laboral

“É compreensível o empenho de empresários e trabalhadores em busca de solução para o quadro atual das terceirizações, tanto pelos problemas que causa, quanto pelo impacto social gerado. A identificação precisa dos pontos cegos da legislação e dos itens negligenciados pela administração pública sobre os quais a atuação deve se concentrar para que superemos o problema devem ser pontos relevantes para constituir um plano de trabalho daqui pra frente. É um sinal de maturidade e comprometimento social”, acentua a economista do Instituto Trabalho e Transformação Social, Lúcia Garcia.

“A União, o Estado e prefeituras contratam pelo menor preço o que não é o melhor preço e reafirmo a necessidade de melhor balizamento no valor estimativo. Essa articulação feita pelo MTE é muito proveitosa e estamos impressionados com a presença de pessoas que realmente podem decidir e corrigir distorções nas contratações de empresas terceirizadas para órgãos públicos e empresas privadas. No futuro veremos um resultado muito positivo desse movimento. Como gaúcho fico feliz de protagonizar este início para corrigir os problemas e esta ação no RS certamente servirá de inspiração para atitudes de outros estados”, avalia o presidente do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande

do Sul (Sindesp), Silvio Pires.

“Não é possível que uma merendeira faça comida para os estudantes nas escolas e volte para casa e não possa alimentar seus filhos porque não tem garantia da sua justa remuneração por ser terceirizada”, exemplificou o presidente da Federação dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio Grande do Sul (Feeac), Henrique Silva. “Quem paga a conta é a sociedade como um todo”, completou, observando que a litigância judicial acaba sendo paga por órgãos do estado e por consequência pelos cidadãos.

Adequar regras e legislações

Entre as sugestões para a regulação mínima para as contratações terceirizadas, que evite a ocorrência de prejuízos para os todos os atores e compõem o pacto estão:

- Aprimoramentos da legislação e contratos com medidas garantidoras das verbas trabalhistas dos trabalhadores terceirizados no âmbito da Administração Pública com a adoção de normas e diretrizes precisas e eficazes que evitem a ocorrência de fraudes e irregularidades, aumentando a responsabilidade dos gestores de contratos.

- Assegurar o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas, por parte da empresa contratada, por meio de cláusulas como retenção de pagamento de parcelas iniciais, caução, conta-depósito vinculada destinada, exclusivamente, ao pagamento de férias, 13º salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da contratada, não se constituindo em um fundo de reserva.

- Exigência de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive, o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato.

Fonte: Brasil de Fato Porto Alegre - Stela Pastore

Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia aprova projeto anticalote

O projeto visa garantir que as empresas terceirizadas e contratadas no âmbito do Estado para prestação de serviços paguem suas obrigações trabalhistas em dia



Todos os dez deputados e deputadas presentes na reunião da Comissão de Segurança, Serviços Públicos e Modernização do Estado da Assembleia Legislativa, nesta quinta-feira (07), votaram favoráveis ao Projeto Anticalote (PL 324/2019), de autoria do deputado Luiz Fernando Mainardi (PT), que já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça, em setembro.

Com parecer favorável do relator da matéria, deputado Guilherme Pasin (PP), a proposta recebeu, além dele, o voto “sim” de Stela Farias (PT), presidenta da comissão, Airton Artus (PDT), Cláudio Tatsch (PL), Delegada Nadine (PSDB), Delegado Zucco (REPUBLICANOS), Dirceu Franciscan (UNIÃO), Edivilson Brum (MDB), Jeferson Fernandes (PT) e Leonel Radde (PT).

De grande interesse dos vigilantes e outras categorias de trabalhadores terceirizados, o projeto visa garantir que as empresas contratadas no âmbito do Estado para prestação de serviços paguem suas obrigações trabalhistas em dia.

Prática comum

Os parlamentares que se manifestaram ressaltaram que o calote de empresas contra os trabalhadores se tornou um problema recorrente neste setor. Frequentemente elas deixam de pagar itens como 13º salário, férias e as verbas rescisórias.

O PL prevê que os valores relativos a essas obrigações serão descontados dos repasses das empresas e depositados numa conta exclusiva, bloqueada, que só poderá ser movimentada para o pagamento dos trabalhadores, após autorização do órgão ou entidade contratante.

“Há uma prática comum nos contratos celebrados por empresas terceirizadas no que tange ao descumprimento de diversos direitos trabalhistas, principalmente na fase final de contratos de prestação de serviços, onde encerrados os contratos muitas empresas simplesmente abandonam os trabalhadores à própria sorte”, disse o deputado Pasin, na leitura de seu relatório.

“Isso ocorre notadamente em alguns casos

por má fé ou por má administração dos recursos que não são reservados (para os pagamentos dos trabalhadores) ou não são previstos pela empresa quando da participação no certame licitatório”, acrescentou.

Segundo ele, dados recentes acerca do trabalho terceirizado apontam a existência de 80 mil vínculos dessa natureza em prefeituras, no Estado e em órgãos do Governo Federal no Rio Grande do Sul.

Também falaram apoiando o projeto os deputados Jeferson Fernandes, Delegado Zucco, Delegada Nadine, Edivilson Brum e Stela Farias.

Jeferson Fernandes destacou que tais irregularidades têm acontecido, inclusive, na própria Assembleia Legislativa. “Nós temos aqui situações de servidores e servidoras (terceirizados) que trabalham nos nossos gabinetes e nos andares da Assembleia Legislativa que no final do mês não recebem em dia o vale alimentação, o vale transporte, e no final do ano não recebem as férias e o 13º, e é uma novela quando acontece rescisão trabalhista também”, afirmou.

Votação no plenário

Além da aprovação unânime na comissão, outra boa notícia para os terceirizados é a disposição que os parlamentares demonstraram de acelerar a votação do projeto no plenário da Assembleia. Basta que haja um acordo sobre isso na reunião dos líderes de bancada, na próxima terça-feira (12), para o PL ser apreciado na última sessão plenária do ano, dia 19 de dezembro.

O presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, está otimista quanto a isso: “Demos mais um passo importante hoje para esse projeto virar lei, por isso agradecemos ao deputado Mainardi e aos deputados e deputadas da comissão que nos apoiaram, esperamos agora que haja uma rápida votação no plenário da Assembleia e pelo que vimos hoje, todos favoráveis, acreditamos que isso vá acontecer logo, realmente”, afirmou.

Além do presidente, outros diretores e diretoras do sindicato compareceram à reunião da comissão pedindo a aprovação da matéria, e comemoraram bastante o resultado.

Fonte: CUT RS

RIO GRANDE DO NORTE

Atualização do processo de recuperação judicial da ADS segurança privada



A fim de regularizar a representação da empresa os sócios propuseram perante a juíza competente na condução do caso, pela

retomada da administração da empresa, tendo como mediador o administrador judicial nomeado que atuará apenas em casos em que houver divergência na gestão da empresa recuperada.

Acordaram que, em caso de divergência, o administrador será consultado e sua decisão, desde que devidamente fundamentada, terá força vinculante em relação à questão. Ou seja, o retorno da administração da empresa pelos sócios se dará a partir do dia 16.01.2024.

Consequentemente, o afastamento das funções de gestor provisório, acumulada pelo administrador judicial.

Fonte: SINDSEGUR RN

Bolsonaristas querem que legislação sobre armas seja transferida aos estados

Projeto foi discutido em novembro e a expectativa é que volte para a pauta na próxima semana. Foto: Reprodução



Projeto foi discutido em novembro e a expectativa é que volte para a pauta na próxima semana. Foto: Reprodução

Bolsonaristas articulam, para esta semana, a votação de um projeto de lei complementar na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

O projeto, de autoria da deputada Caroline de Toni (PL-SC), propõe autorizar os estados a legislar sobre questões relacionadas a armas de fogo. Relatado por Junio Amaral (PL-MG), aliado de Toni, o projeto foi discutido na reunião de 21 de novembro, mas foi adiado após pedido de vista do deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ).

Caroline de Toni argumenta que um artigo constitucional permitiria que estados legislassem sobre o tema, mencionando que a Constituição reserva à União a legislação sobre temas específicos. O projeto busca delegar aos estados a competência para tratar da posse e porte de armas para defesa pessoal, práticas esportivas e controle de espécies exóticas invasoras.

Na justificativa, a deputada diz que, no cenário de 2023, “no qual o novo governo federal vem impondo fortes limitações a este segmento de armas de fogo, sinalizando com outras séries

de restrições a serem implementadas, todas as iniciativas para evitar este retrocesso normativo são bem-vindas, desde que promovidas pacificamente, e dentro da legalidade.”

“Uma linha de atuação para se atingir estas finalidades de impedir retrocessos decorrentes de modificações legislativas no que se refere a ‘armas de fogo’, seria tentar obter no Congresso Nacional um consenso mínimo exigido para esta finalidade, para que seja aprovada Lei Complementar, autorizando os estados a legislar residualmente sobre temas relacionados a armas de fogo”, complementa.

Apesar do voto favorável do relator Junio Amaral, especialistas consideram o projeto inconstitucional, apontando que a Constituição confere à União a autorização e fiscalização da produção e comércio de material bélico. O Instituto Sou da Paz critica a iniciativa, afirmando que busca replicar o modelo dos Estados Unidos, sendo nitidamente inconstitucional.

O projeto, caso aprovado, permitirá aos estados legislar sobre armas, estabelecendo requisitos como declaração de componente cultural e tradicionalista no uso de armas de fogo. No entanto, as autorizações concedidas pelos estados não poderão implicar no acesso a armas e munições proibidas pela legislação federal.

A proposta de Toni destaca a preocupação com possíveis restrições ao porte de armas no governo federal, visando impedir retrocessos normativos. No entanto, críticos afirmam que a iniciativa representa uma manobra inconstitucional da bancada da bala para replicar o modelo estadunidense de legislação sobre armas no Brasil.

Fonte: DCM - Bianca Carvalho

Categoria traça diretrizes para debate da segurança bancária

Assunto deverá ter destaque na Campanha Nacional dos Bancários de 2024



Em 2023, os bancos reduziram segurança, retrocesso no setor que está definindo um quadro preocupante de riscos não apenas a seus funcionários, mas também dos clientes. Esse é o diagnóstico feito pelo Coletivo Nacional de Segurança Bancária, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), em sua última reunião do ano.

No encontro, realizado na segunda-feira (4) também com a presença de integrantes do Comando Nacional dos Bancários, foram relatados diversos casos que mostram que a retirada de segurança tem ocorrido de modo generalizado, inclusive em agências de médio porte e com operação com numerário já no saguão de entrada.

O secretário de Políticas Sociais da Contraf-CUT, Elias Jordão, coordenador do Coletivo, explica que “a questão é muito mais complexa do que os bancos dizem, pois para a representação sindical dos bancários, só a presença de um caixa eletrônico na entrada de uma agência já configura circulação de numerário em espécie na unidade, e estamos preocupados com os riscos que há nesse quadro para funcionários e para clientes”.

Para o secretário de Cultura da Contraf-CUT, Carlos Damarindo, integrante do Coletivo, “também deixamos claro que nosso argumento não se baseia no fato de haver numerário ou não na unidade”. Carlos ressalta que “quando o movimento sindical trata da questão, estamos discutindo segurança de pessoas, funcionários e clientes, e não de numerário. Então, todas as unidades bancárias devem ser seguras, pelo bem de toda a sociedade”.

As entidades sindicais insistem em debater a questão, mas enfrentam obstáculos na Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), entidade que representa o sistema financeiro nas negociações com a categoria bancária. “Conseguimos apenas uma reunião com a Fenaban neste ano, e não houve avanço, pois eles não levam a questão a sério, como primordial”, denuncia Elias Jordão.

Conforme o dirigente, “a entidade patronal argumenta que os números caíram, e nós entendemos que isso ocorre por uma série de fatores, como a digitalização, o atendimento virtual e a própria reestruturação dos bancos”. No entanto, mesmo com a redução dos casos, Elias registra que “os números ainda são bastante altos, informação confirmada não apenas pelos números registrados pelas federações e sindicatos, como também em dados divulgados pelas secretarias de segurança dos estados”.

Iniciativas

Com esse cenário, o Coletivo de Segurança traçou as linhas centrais de atuação do movimento sindical bancário para o período de 2024 sobre esse tema. “Desde já, estamos trabalhando para formalizar o conjunto de

demandas para o ano que vem, com vistas à solução dessas preocupações”, resumiu Elias.

O coordenador do Coletivo antecipa que “as propostas serão apresentadas à Fenaban já no começo de 2024, como também incluídas na pauta da Campanha Nacional dos Bancários”. Elias também afirma que “haverá ações em outras frentes, como tratativas junto a órgãos governamentais e diálogo com os legislativos estaduais e municipais, a respeito de leis que determinam a segurança bancária”.

Cláusula 88 da CCT

A representação dos trabalhadores vai cobrar que a Fenaban cumpra a cláusula 88 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) dos bancários. “O grupo de trabalho bipartite que criamos precisa cumprir suas funções, traçar as metas de segurança e ser encerrado, mas a cláusula 88 tem sido usada pela entidade patronal apenas para protelar a discussão, fazer lobby e apresentar projetos nos legislativos estaduais e municipais, pela flexibilização da segurança bancária, como está ocorrendo com muita força em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, além de outras unidades da federação e várias cidades do país”, pontua Elias. “Nossa avaliação é que a estratégia da Fenaban é derrubar as leis municipais e estaduais que determinam segurança, e nosso trabalho é por mantê-las e propor novas leis nesse sentido”, completa.

Portaria 18.045/23

O Coletivo traçou orientação ao movimento bancário que defenda, junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que a Portaria 18.045/23 seja revista. “A portaria foi reeditada neste ano sem qualquer consulta ao movimento sindical, e esse é o instrumento legal que define as regras das atividades de segurança privada nos estabelecimentos financeiros e regula sua fiscalização”, explica Elias.

Como detalha o dirigente, “a portaria Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

permite que os bancos atuem com o mínimo de segurança ou até sem segurança em qualquer unidade que o próprio banco defina que não tem circulação de numerário. Com isso, o instrumento legal está sendo usado para que até agências com caixas eletrônicos na entrada funcionem sem porta de segurança e vigilante. Isso não pode continuar assim, então pediremos revisão de sua redação”.

Assento na CCASP

As entidades sindicais vão reforçar, também junto ao Ministério da Justiça, a demanda de que a Contraf-CUT volte a ter assento na Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) – fórum consultivo tripartite (governo, trabalhadores e bancos) de soluções para a segurança bancária e sua fiscalização.

O órgão foi extinto no governo Bolsonaro e retomado em setembro, mas sem a presença dos trabalhadores. “Já oficiamos o Ministério da Justiça a respeito e vamos insistir para que a Contraf-CUT volte a representar o trabalhador nesse órgão”, garante Elias.

Outras ações

O Coletivo também definiu diversas outras iniciativas. No primeiro trimestre do ano deverão ser realizados cursos de formação a respeito de segurança bancária, para apoiar a preparação dos dirigentes sindicais Brasil a fora para atuar na questão.

Os dados de ocorrências de falta de segurança em unidades bancárias serão levantados junto a federações e sindicatos, bem como a secretarias de segurança dos estados, para confrontar os números apresentados pela Fenaban, que minimizam a questão de violência no setor.

Também será organizado um dia nacional de luta pela segurança bancária, para difundir e aprofundar o debate, que também será incluído com destaque na pauta da Campanha Nacional.

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF